



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

ATA N.º 1/2015

----- Aos quinze dias do mês janeiro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Salão Nobre, pelas vinte horas, reuniu em Sessão Extraordinária a Assembleia Municipal de Gouveia, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de Trabalhos. -----

I – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

Ponto 1 - Discussão e votação da Proposta de Aprovação das Contas Finais da DLCG – EM (Em Liquidação), do Relatório de Gestão, bem como o Balanço de Partilha;

Ponto 2 - Discussão e votação da Proposta de Designação do Depositário dos Livros, Documentos e demais Elementos de escrituração da DLCG – EM (Em Liquidação);

Ponto 3 - Discussão e votação da Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia para o ano de 2015;

Ponto 4 - Apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI), da CIM-BSE.

----- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado as seguintes presenças: Luís António Vicente Gil Barreiros (coligação PPD/PSD-CDS/PP), José Manuel Correia Santos Mota (PS), Laura Maria da Rocha Oliveira Pinto da Costa (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Pedro Nuno Dias da Costa Simões (PS), Álvaro Cabral Prata Belo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Bruno Miguel Caramelo Magina (PS), António José Ferreira Machado (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Fernando Manuel Pinto Santos (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Pedro José Maltez Amaral (PS), Eduardo Manuel Pinto Bernardo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ana Cristina Dias Oliveira (PS), Ana Paula Alves Morgado Mendes (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Armindo Correia Bezerra (PS), Arminda Isabel Carvalho do Nascimento Rebelo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Maria Açucena Mendes Carmo (CDU), Rui Manuel de Jesus Gonçalves (PS), José Manuel Mendes de Oliveira (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ângela Maria Abreu Mendes da Silva (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Fernando António Figueiredo Silva (PS), Sérgio Miguel Almeida Dias Cipriano (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ana Paula Casegas Pardal Duarte Freitas (PS), Vítor Manuel da Silva Albuquerque (Presidente da União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra), Carlos Miguel Duarte Branco (Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra), António Miguel Antunes Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Cativeiros), Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha (Presidente da União das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra), Fernando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

29 Manuel Carmo Henriques (Presidente da Junta de Freguesia de Folgosinho),
30 João José Amaro (Presidente da União das Freguesias de Gouveia), Salvador
31 da Cruz Dias, (Presidente da União das Freguesias de Melo e Nabais), Mário
32 Alberto dos Santos Almeida (Presidente da União das Freguesias de
33 Moimenta da Serra e Vinhó), António José Direito Saraiva (Presidente da
34 Junta de Freguesia de Nespereira), Vítor Manuel dos Santos Quaresma
35 (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra), Alfredo Ramos
36 Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego), Gonçalo Luís
37 Chouzal do Nascimento (Presidente da União das Freguesias de Rio Torto e
38 Lagarinhos), Glória Cardoso Lourenço (Presidente da Junta de Freguesia de
39 São Paio), Avelino Zacarias Sequeira Tente (substituto legal da Presidente da
40 Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra), Carlos Manuel Santinho Pacheco
41 (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra) e Marco António
42 Marvão Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem).--

43 ----- Solicitaram os membros da Assembleia Cezarina da Conceição
44 Santinho Maurício (PS), Carla Sofia Garrido Amaral (coligação PPD/PSD-
45 CDS/PP), Joana Mota da Silva (PS) e Carlos Alberto Nabais Cunha (CDU),
46 nos termos do n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a
47 redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a respetiva
48 substituição, cabendo a mesma a Pedro Nuno Dias da Costa Simões (PS),
49 Fernando Manuel Pintos Santos (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Armindo
50 Correia Bezerra (PS) e Maria Açucena Mendes Carmo (CDU), ao abrigo do
51 art.º 79.º do citado diploma legal.-----

52 ----- Foi ainda a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da
53 Serra, representada pelo seu substituto legal, por ela designado, nos termos da
54 alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

55 ----- Considerando que a Assembleia reunia o número legal suficiente para
56 deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.-----

57 **I – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

58 **Ponto 1 - Discussão e votação da Proposta de Aprovação das Contas** 59 **Finais da DLCG – EM (Em Liquidação), do Relatório de** 60 **Gestão, bem como o Balanço de Partilha**

61 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
62 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem
63 de trabalhos.-----

64 ----- Neste momento, interveio o Senhor Deputado José Santos Mota (PS)
65 solicitando ao Senhor Presidente da Mesa o uso da palavra para apresentação
66 de um ponto de ordem relacionado com a proposta de Aprovação das Contas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

67 Finais da DLCG – EM (Em Liquidação), do Relatório de Gestão, bem como o
68 Balanço de Partilha, que a seguir se reproduz:-----

69 **“DECLARAÇÃO**
70 **JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA NA DISCUSSÃO DOS PONTOS 1 E 2**
71 **DA ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA**
72 **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 15 DE JANEIRO DE 2015**

73 *Em 2003, o Município de Gouveia promoveu a criação de uma empresa*
74 *municipal para lhe prestar serviços na área do Desporto, da Cultura e do*
75 *Lazer denominada DLCG, E.M., detendo o referido Município a totalidade*
76 *do capital social.-----*

77 *Entretanto, nove anos depois, a entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de*
78 *agosto, veio determinar que as empresas municipais que não fossem*
79 *sustentáveis, ou seja, que não conseguissem, por si, realizar receitas no valor*
80 *de, pelo menos 50% das suas despesas, deveriam ser extintas até seis meses*
81 *depois do dia da publicação do referido diploma.-----*

82 *O Município de Gouveia entendeu, então, que não devia encerrar a referida*
83 *empresa DLCG, mesmo considerando que não obedecia às condições*
84 *exigidas para se manter em funcionamento, na data prevista.*

85 *Entendem, pois, os eleitos do Partido Socialista, na oposição – os Vereadores*
86 *no executivo e os eleitos na Assembleia Municipal – que a maioria no*
87 *executivo municipal, logo, naquela altura, violou e desobedeceu a uma Lei do*
88 *Estado Português.-----*

89 *Só em novembro de 2013, o executivo municipal propõe a extinção da*
90 *referida empresa DLCG e a conseqüente internalização, no Município, dos*
91 *serviços que aquela prestava, assim como a cedência dos seus funcionários*
92 *(32).-----*

93 *O Município de Gouveia efetuou, pois, trinta e dois contratos a termo, tanto*
94 *quanto julgamos saber, até final de 2014, com outros tantos trabalhadores da*
95 *extinta DLCG em claro confronto com a Lei que não permite às autarquias*
96 *contratar pessoal para além do organigrama definido em Assembleia*
97 *Municipal e aprovado pelas instâncias superiores a este órgão.-----*

98 *O facto – mesmo considerando-se importante, do ponto de vista social, ter-se*
99 *evitado o desemprego compulsivo de 32 pessoas – não releva, em nosso*
100 *entender, a discriminação ilegítima de outros candidatos a ingressar na*
101 *administração local, porquanto a atual maioria camarária se comprometeu a*
102 *abrir concurso interno para os ex-funcionários da DLCG entretanto*
103 *contratados, ou seja, com a garantia antecipada, cumprido o contrato a*
104 *termo de um ano, de ingresso no quadro do Município; o que constituirá uma*
105 *violação grave dos princípios da igualdade e da não discriminação, para*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

106 *além do ilícito favorecimento de alguns, em detrimento da generalidade de*
107 *todos os potenciais interessados.*-----

108 *No momento em que a maioria política no executivo submete à Assembleia*
109 *Municipal, a proposta de Aprovação das Contas Finais da DLCG, E.M., do*
110 *Relatório da Liquidação e do Projeto de Partilha, bem como a proposta de*
111 *Designação do Depositário dos Livros e demais elementos de escrituração da*
112 *extinta, ou em liquidação, DLCG, os eleitos do Partido Socialista – na*
113 *Câmara e na Assembleia Municipal – na convicção da existência de várias*
114 *ilegalidades e ilícitos no decurso deste desregrado processo, não tomam*
115 *parte nesta decisão.*-----

116 *Entendem, mesmo, existir matéria que deverá merecer análise e pronúncia*
117 *das autoridades judiciais, tendo promovido diligências nesse sentido junto do*
118 *Ministério Público.*-----

119 *A participação numa deliberação desta natureza, com as vicissitudes a que já*
120 *aludimos, mesmo com voto contra e declaração de voto vencido, como o*
121 *prova a jurisprudência em casos análogos, não obsta a uma eventual*
122 *imputação penal dos participantes.*-----

123 *Daí a nossa ausência da discussão dos pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos.”*
124 ----- Neste momento os membros eleitos pela Bancada do Partido Socialista
125 na Assembleia Municipal ausentaram-se do Salão Nobre.-----

126 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que aquilo
127 que fizeram, desde novembro de 2013 até agora, estão a fazê-lo na plena
128 convicção da legalidade completa e absoluta, pois caso contrário não estariam
129 a praticá-lo. E, nesse sentido, para além da questão da legalidade, também há
130 a questão da defesa dos postos de trabalho das pessoas que estavam a
131 trabalhar e que eram necessárias e importantes para a Empresa e que
132 continuam a sê-lo para o Município, de modo a permitir a manutenção dos
133 equipamentos em que exerciam funções. Por isso mesmo, percorremos todo o
134 caminho para chegar até hoje, dia em que teremos de encerrar a empresa,
135 situação que aliás era muito defendida pela Bancada e pelos Vereadores do
136 Partido Socialista.-----

137 Estamos a fazê-lo e, curiosamente, quando o fazemos a bancada do Partido
138 Socialista na Assembleia Municipal e os Vereadores do Partido Socialista na
139 Câmara retiram-se. É um direito absolutamente legítimo. Mas relativamente a
140 estes pontos, não temos dúvidas da legalidade do que estamos a fazer e por
141 isso mesmo submetemos os procedimentos quer à Câmara, quer à Assembleia
142 Municipal.-----

143 Assim, relativamente a este ponto, aquilo que se pretende é deliberar no
144 sentido da aprovação das Contas Finais da DLCG – EM (Em Liquidação), do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

145 Relatório de Gestão, bem como o Balanço de Partilha, para desta forma se
146 encerrar a Empresa Municipal que a partir do momento em que esta
147 Assembleia assim o delibere, no dia imediato, será efetuado o registo da sua
148 extinção, na respetiva Conservatória, pondo-se fim à Empresa Municipal
149 DLCG.-----
150 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as
151 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----
152 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
153 (CDU) solicitando ao Senhor Presidente que clarifique, nesta sessão, que
154 nenhum direito dos trabalhadores ficará em causa com esta proposta.-----
155 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação
156 PPD/PSD-CDS/PP) referindo que não tem as preocupações legais de outros,
157 pois considera que quem foi eleito de certeza que faz os possíveis e
158 impossíveis para cumprir os prazos e outras imposições legais e tem uma
159 verdadeira interpretação. No entanto, deixou aqui o seu apelo no sentido de
160 que todas as diligências que forem feitas sejam também conhecidas por esta
161 Assembleia, bem como os respetivos resultados.-----
162 Naquilo que é o entendimento da bancada da coligação PPD/PSD-CDS/PP
163 sobre este ponto, esta é a última fase do processo de dissolução da DLCG.
164 Muita coisa foi dita e escrita sobre esta Empresa mas, neste momento
165 específico, entende ser importante realçar três aspetos:-----
166 Desde logo as questões económico-financeiras, as questões relativas ao
167 pessoal e uma questão igualmente importante que é o assumir, da parte do
168 Município, as atividades que a empresa vem desenvolvendo nos setores mais
169 diversos.-----
170 Relativamente ao primeiro ponto, trata-se do Município assumir o ativo e o
171 passivo da Empresa, tarefa realizada pelo Liquidatário, designado pelo
172 Município, com a aprovação deste órgão e ainda fiscalizado por um Revisor
173 Oficial de Contas.-----
174 As questões relativas ao pessoal, uma preocupação de todos, encontram-se na
175 fase de concurso, sendo desde logo garantida a oportunidade de continuação
176 no desempenho de funções e, nos casos em que ela não se venha a verificar, o
177 direito à indemnização correspondente.-----
178 Por último, permitam-lhe a abertura de um parêntesis, a Empresa não é extinta
179 por vontade do Município, não é extinta por maus desempenhos, por
180 inatividade ou por falta de capacidade dos seus colaboradores, nem tão pouco
181 pelas realizações ou atividades desenvolvidas. A DLCG é dissolvida por uma
182 imposição legal absolutamente cega.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

183 Esta Empresa desenvolveu um papel importante nas áreas mais diversas desde
184 a educação, ao desporto, à cultura, ao turismo. Salientou na educação as
185 Atividades de Enriquecimento Curricular; no desporto, a promoção para
186 diversas faixas etárias, particularmente, para os seniores, o aproveitamento da
187 infraestrutura das piscinas, o caso da hidroginástica, uma forma de promover
188 a saúde. Na cultura, permitindo o acesso da população a espetáculos culturais
189 de nível e absolutamente diversificados. No turismo, a organização e
190 promoção de eventos de que são bem exemplo, o Downhill ou a Exposerra,
191 uma participação que teve e que foi particularmente elogiada na BTL, bem
192 como diversas outras atividades de promoção turística.-----
193 Quanto a nós, será este talvez o grande desafio que se impõe, manter o nível
194 de promoção e de organização destes eventos, divulgando o concelho e as
195 suas capacidades.-----
196 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Isabel Nascimento
197 (coligação PPD/PSD-CDS/PP) referindo que lhe parece que aquilo que está
198 em causa são dois pontos fundamentais: um, que se nega ter existido, segundo
199 a Bancada do Partido Socialista, é o respeito pela Lei. Teriam sido
200 ultrapassados requisitos legais, que não tinha sido obedecida a Lei e que
201 portanto incorreriam em ilícito. A sua opinião não é essa, pensa que a Lei n.º
202 50/2012 foi escrupulosamente cumprida. Os trabalhadores que na altura
203 estavam contratados ao abrigo de um contrato de trabalho da empresa local
204 em processo de liquidação foram recebidos. A Lei foi cumprida!-----
205 A nível da preocupação social para com os 32 trabalhadores, houve de facto
206 essa preocupação, pois os trabalhadores estão a trabalhar, estão a receber o
207 seu ordenado. Desde o início do processo até esta altura, foram muitos meses.
208 A sua situação familiar, social e económica está assegurada. Portanto, de facto
209 também se pensou nos trabalhadores.-----
210 Passo seguinte, o procedimento do concurso, poderão ficar, poderão não ficar,
211 é certo, mas entretanto estiveram a trabalhar. Trata-se de um concurso e
212 portanto todos eles sabem que estão sujeitos às regras de um concurso. Podem
213 ser eles ou não! Caso não sejam, o mecanismo da indemnização será de
214 imediato acionado.-----
215 Posto tudo isto, e mais que uma solução justa, tratou-se de fazer aqui a
216 equidade. Ou seja, a justiça, no caso concreto, a Lei, foi cumprida e foi
217 aplicada ao caso concreto, pensando-se não só em respeitar a Lei, mas em dar
218 a devida atenção a todas estas pessoas que fizeram da DLCCG o que ela foi,
219 portanto, mais do que uma solução justa, foi uma solução equitativa que é o
220 que muitas vezes não se atinge ou não acontece, porque a justiça nem sempre
221 consegue ser a melhor solução, nem sempre é a mais consensual. Posto isto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

222 pensa que de facto se conseguiu atingir uma situação de equidade sobretudo
223 para todas as pessoas envolvidas neste processo.-----
224 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que se bem
225 depreendeu pela leitura da declaração ou ponto de ordem da bancada do
226 Partido Socialista, há algo que os incomoda, parece que tem a ver com o facto
227 de a Câmara se ter preocupado com os trabalhadores.-----
228 Quer no entanto esclarecer o seguinte! Não é a Câmara que define as regras
229 como o concurso, no caso concreto, se processa. Foi a Lei n.º 50/2012 que
230 previu expressamente a situação dos trabalhadores que trabalhando em
231 empresas municipais, como a DLG, tinham um regime de exceção. Se
232 houve alguém que criou algum regime que não é igual para todos, foi a Lei,
233 foi o legislador. A Câmara apenas está a cumprir e a aplicar a Lei. Desse
234 ponto estamos desde logo bem cientes e não tem qualquer dúvida quanto ao
235 rigor e quanto ao direito de efetuar aquilo que estão a fazer. Quanto à extinção
236 da empresa, esta está a terminar de acordo com as normas legais e por isso
237 não temos qualquer dúvida sobre a retidão do que estamos a fazer. Mas, como
238 disse, a defesa dos interesses dos trabalhadores foi sempre a nossa
239 preocupação dentro do estrito limite que são os normativos legais. E é isso
240 que estamos a fazer. Não estamos a aplicar nenhum regime discricionário por
241 nossa vontade e se é discricionário é por força da própria Lei que assim o
242 permitiu e determinou.-----
243 Por isso, em relação a todos os Senhores Deputados que abordaram a questão
244 da preocupação com os funcionários, nessa matéria, como em todas as outras,
245 não temos qualquer dúvida, caso contrário o próprio ROC estaria a incorrer
246 em crime, bem como o Liquidatário e, essas pessoas, por mais boa vontade
247 que tenham em fazer as coisas, há sempre um travão que é a Lei. E, portanto,
248 é nesse seguimento da Lei que estão todos a trabalhar, assim como todos os
249 Senhores Deputados que vão votar este ponto, estão certos de que estão a agir
250 em legalidade.-----
251 ----- Usou novamente da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata
252 (coligação PPD/PSD-CDS/PP) referindo que também pretendia fazer um
253 ponto de ordem à Mesa, no sentido de relembrar, uma vez mais, o Regimento
254 deste Órgão no n.º 2 do art.º 28.º Verificação das Faltas, em que refere que
255 *“Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça*
256 *passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo*
257 *modo, se ausente definitivamente antes do termo da reunião.”* Depois no art.º
258 54.º em relação à questão de Voto, no n.º 1 refere que *“cada membro tem um*
259 *voto”,* depois no n.º 2 *“Nenhum membro da Assembleia presente pode deixar*
260 *de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.”*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

261 São diversas as Assembleias em que têm percebido que o Regimento não é
262 entendido da mesma forma por todos, mas mais uma vez confia no Senhor
263 Presidente da Mesa para fazer cumprir o Regimento.-----

264 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
265 referindo que, de facto, esta ausência da Bancada do Partido Socialista cria
266 uma problemática em termos Regimentais que tem que ser analisada. Colocou
267 à consideração da Bancada do Partido Socialista o seu regresso à reunião, de
268 modo a votarem a proposta, tendo os eleitos da referida Bancada continuado a
269 manifestar intenção de não tomar parte na votação.-----

270 ----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à
271 votação a **Proposta de Aprovação das Contas Finais da DLCG – EM (Em**
272 **Liquidação), do Relatório de Gestão, bem como o Balanço de Partilha,**
273 tendo sido deliberado o seguinte:-----

274 “Considerando que,

275 A. *Que em 19 de dezembro de 2013 a Assembleia Municipal em*
276 *cumprimento do disposto no art.º 61.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto,*
277 *deliberou sobre a dissolução com entrada em liquidação da D.L.C.G. -*
278 *Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M e consequente*
279 *internalização das atividades no Município de Gouveia apenas com*
280 *efeitos a dia 1 de Janeiro de 2014;*

281 B. *Que em 19 de dezembro de 2013 a Assembleia Municipal deliberou a*
282 *designação como liquidatário da D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura*
283 *de Gouveia, E.M., o atual administrador, Rui Manuel Gomes da*
284 *Eufrázia;*

285 C. *Que a D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M. – Em*
286 *liquidação deixou de ter normal atividade com efeitos a partir de 1 de*
287 *janeiro;*

288 D. *Que compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea n do artigo*
289 *25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro deliberar sobre todas as*
290 *matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e*
291 *das participações locais que o mesmo não atribua à Câmara*
292 *Municipal;*

293 E. *Que de acordo com o artigo 150.º do CSC a liquidação deve estar*
294 *encerrada e a partilha aprovada no prazo de dois anos a contar da*
295 *data em que a sociedade se considere dissolvida, sem prejuízo de prazo*
296 *inferior convencionado no contrato ou fixado por deliberação dos*
297 *sócios.*

298 F. *Que foram aprovadas as contas de 2013 de liquidação a 19 de*
299 *fevereiro de 2014.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 300 G. *Que as contas apresentadas pelo liquidatário referentes ao período de*
301 *1 de janeiro de 2014 até à data da partilha irão refletir as atividades*
302 *efetivamente desenvolvidas neste período relativamente a operações de*
303 *liquidação previstas no artigo 159.º do CSC.*
- 304 H. *Que as referidas contas de encerramento da liquidação e partilha*
305 *foram objeto da fiscalização pelo Revisor de Contas com parecer*
306 *favorável sobre as mesmas.*
- 307 I. *As contas de encerramento da liquidação aprovadas refletem um*
308 *conjunto de ativos e passivos que importa sujeitar à partilha.*
- 309 J. *O valor do ativo a 05 de dezembro de 2014 ascendia 125.878,32€*
310 *(cento e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e oito euros e trinta e*
311 *dois cêntimos) e o passivo a 37.794,18€ (trinta e sete mil, setecentos e*
312 *noventa e quatro euros e dezoito cêntimos).*
- 313 K. *Que a Câmara Municipal, a 23 de setembro de 2014, deliberou*
314 *autorizar a abertura de procedimento concursal comum para a*
315 *constituição de relação jurídica de emprego público por tempo*
316 *indeterminado, para ocupação dos postos de trabalho indispensáveis*
317 *para a prossecução das atividades a internalizar, assegurados na*
318 *presente data pelos acordos de cedência de interesse público*
319 *supracitados;*
- 320 L. *Que foram assinados acordos cessão de eventuais créditos,*
321 *nomeadamente de eventuais encargos de indemnização por rescisão*
322 *contratual por parte dos trabalhadores cedidos ao Município em*
323 *regime de cedência de interesse público;*
- 324 M. *Que à data já foram desenvolvidos os procedimentos de liquidação*
325 *possíveis, subsistindo ainda créditos no valor de 37.635,00€ (trinta e*
326 *sete mil, seiscentos e trinta e cinco euros).*
- 327 N. *Que as dívidas de natureza fiscal ainda não exigíveis à data do*
328 *encerramento não obstam à partilha, mas por essas dívidas fica*
329 *ilimitadamente responsável o Município enquanto sócio único.*
- 330 O. *Que é possível, nos termos do CSC, depois de satisfeitos ou*
331 *acautelados todos os direitos dos credores da sociedade, o restante*
332 *ativo ser partilhado em espécie, se assim estiver previsto no pacto*
333 *social e se os sócios o deliberarem unanimemente*
- 334 P. *De referir que em relação ao passivo da sociedade objeto deste projeto*
335 *de liquidação final e partilha em espécie, foram celebrados com os*
336 *respetivos credores à data, contratos de transmissão de dívidas*
337 *existentes à data de 30 de outubro de 2014.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

338 *Nestes termos, delibera a Assembleia Municipal de Gouveia, por maioria,*
339 *com vinte e um (21) votos a favor, por parte dos eleitos da coligação*
340 *PPD/PSD-CDS/PP e um (1) voto contra, da Senhora Deputada Maria*
341 *Açucena Mendes Carmo (CDU), proceder à aprovação das **contas finais de***
342 *liquidação relativas ao período terminado a 5 de dezembro de 2014, o*
343 *Relatório de Gestão, bem como o Balanço de Partilha, para encerramento e*
344 *liquidação da sociedade anónima unipessoal de capitais públicos de âmbito*
345 *municipal que gira sob a firma “D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de*
346 *Gouveia, E.M. – Em liquidação”, na qualidade de único sócio, nos termos*
347 *propostos pelo seu Liquidatário, de acordo com o Relatório de Liquidação e*
348 *Projeto de Partilha em anexo, nos termos do Código das Sociedades*
349 *Comerciais e por força do artigo 61.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.”*

350 **Ponto 2 – Discussão e votação da Proposta de Designação do Depositário**
351 **dos Livros, Documentos e demais Elementos de escrituração da**
352 **DLCG – EM (Em Liquidação)**

353 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
354 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem
355 de trabalhos.-----

356 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este
357 ponto é subsequente do ponto anterior e, como a Lei assim o prevê e exige, é
358 necessário preservar e conservar os documentos da DLCG durante cinco anos
359 e aquilo que estamos a propor é que esses documentos fiquem à guarda da
360 Divisão Sócio-Educativa no seu Sector de Bibliotecas, Museus e Arquivo
361 Histórico no âmbito da sua competência.-----

362 ----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à
363 votação a **Proposta de Designação do Depositário dos Livros, Documentos**
364 **e demais Elementos de escrituração da DLCG – EM (Em Liquidação),**
365 tendo sido deliberado o seguinte:-----

366 *Considerando que,*

367 *A. Que em 19 de dezembro de 2013 a Assembleia Municipal em*
368 *cumprimento do disposto no art.º 61.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto,*
369 *deliberou sobre a dissolução com entrada em liquidação da D.L.C.G. -*
370 *Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M e conseqüente*
371 *internalização das atividades no Município de Gouveia apenas com*
372 *efeitos a dia 1 de Janeiro de 2014;*

373 *B. Que em 19 de dezembro de 2013 a Assembleia Municipal deliberou a*
374 *designação como liquidatário da D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura*
375 *de Gouveia, E.M., o atual administrador, Rui Manuel Gomes da*
376 *Eufrázia;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- 377 C. *Que a D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M. – Em*
378 *liquidação deixou de ter normal atividade com efeitos a partir de 1 de*
379 *janeiro;*
- 380 D. *Que compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea n do artigo*
381 *25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro deliberar sobre todas as*
382 *matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e*
383 *das participações locais que o mesmo não atribua à Câmara*
384 *Municipal;*
- 385 E. *Que de acordo com o artigo 150.º do CSC a liquidação deve estar*
386 *encerrada e a partilha aprovada no prazo de dois anos a contar da*
387 *data em que a sociedade se considere dissolvida, sem prejuízo de prazo*
388 *inferior convencionado no contrato ou fixado por deliberação dos*
389 *sócios.*
- 390 F. *Que foram aprovadas as contas de 2013 de liquidação a 19 de*
391 *fevereiro de 2014.*
- 392 G. *Que as contas apresentadas pelo liquidatário referentes ao período de*
393 *1 de Janeiro de 2014 até à data da partilha irão refletir as atividades*
394 *efetivamente desenvolvidas neste período relativamente a operações de*
395 *liquidação previstas no artigo 159.º do CSC.*
- 396 H. *Que as referidas contas de encerramento da liquidação e partilha*
397 *foram objeto da fiscalização pelo Revisor de Contas com parecer*
398 *favorável sobre as mesmas.*
- 399 I. *As contas de encerramento da liquidação aprovadas refletem um*
400 *conjunto de ativos e passivos que importa sujeitar à partilha.*
- 401 J. *O valor do ativo a 05 de dezembro de 2014 ascendia 125.878,32€*
402 *(cento e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e oito euros e trinta e*
403 *dois cêntimos) e o passivo a 37.794,18€ (trinta e sete mil, setecentos e*
404 *noventa e quatro euros e dezoito cêntimos).*
- 405 K. *Que a Câmara Municipal, a 23 de setembro de 2014, deliberou*
406 *autorizar a abertura de procedimento concursal comum para a*
407 *constituição de relação jurídica de emprego público por tempo*
408 *indeterminado, para ocupação dos postos de trabalho indispensáveis*
409 *para a prossecução das atividades a internalizar, assegurados na*
410 *presente data pelos acordos de cedência de interesse público*
411 *supracitados;*
- 412 L. *Que foram assinados acordos cessão de eventuais créditos,*
413 *nomeadamente de eventuais encargos de indemnização por rescisão*
414 *contratual por parte dos trabalhadores cedidos ao Município em*
415 *regime de cedência de interesse público;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

416 *M. Que à data já foram desenvolvidos os procedimentos de liquidação*
417 *possíveis, subsistindo ainda créditos no valor de 37.635,00€ (trinta e*
418 *sete mil, seiscentos e trinta e cinco euros).*

419 *N. Que as dívidas de natureza fiscal ainda não exigíveis à data do*
420 *encerramento não obstam à partilha, mas por essas dívidas fica*
421 *ilimitadamente responsável o Município enquanto sócio único.*

422 *O. Que é possível, nos termos do CSC, depois de satisfeitos ou*
423 *acautelados todos os direitos dos credores da sociedade, o restante*
424 *ativo ser partilhado em espécie, se assim estiver previsto no pacto*
425 *social e se os sócios o deliberarem unanimemente*

426 *P. De referir que em relação ao passivo da sociedade objeto deste projeto*
427 *de liquidação final e partilha em espécie, foram celebrados com os*
428 *respetivos credores à data, contratos de transmissão de dívidas*
429 *existentes à data de 30 de outubro de 2014.*

430 *Nestes termos, delibera a Assembleia Municipal de Gouveia, por maioria,*
431 *com vinte e um (21) votos a favor, por parte dos eleitos da coligação*
432 *PPD/PSD-CDS/PP e uma (1) abstenção, da Senhora Deputada Maria*
433 *Açucena Mendes Carmo (CDU), designar como depositário dos livros,*
434 *documentos e demais elementos de escrituração da sociedade, a conservar*
435 *pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo da preservação de documentos*
436 *probatórios por período superior, a Divisão Sócio-Educativa no seu Sector*
437 *de Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico no âmbito das suas*
438 *competências de arquivo consubstanciadas na estrutura orgânica do*
439 *Município de Gouveia.”*-----

440 ----- Neste momento, os membros eleitos pela Bancada do Partido Socialista
441 na Assembleia Municipal regressaram ao Salão Nobre.-----

442 **Ponto 3 – Discussão e votação da Proposta da 1.^a Revisão ao Orçamento e** 443 **Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia** 444 **para o ano de 2015**

445 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
446 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem
447 de trabalhos.-----

448 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que, como
449 tinha referido na última sessão da Assembleia Municipal, seria provável que
450 logo no início do ano de 2015 teria que ser feita uma revisão ao orçamento.
451 Esta Revisão tem a ver, por um lado, com a contabilização do Saldo de
452 Gerência de 2014, no valor de 593.338,83 euros e, por outro, tem a ver com a
453 inscrição orçamental de um conjunto de obras que iremos candidatar, caso o
454 Quadro Comunitário, ainda em liquidação, o venha a permitir.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

455 Nessa medida temos que estar preparados para cumprir com um conjunto de
456 procedimentos concursais que só serão possíveis efetuar se o Orçamento
457 contemplar as obras.-----
458 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as
459 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----
460 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia
461 referindo que uma Revisão que movimenta um milhão e seiscentos mil euros,
462 dos quais cerca de 1/3 é a aplicação do saldo de gerência e, sensivelmente, um
463 milhão que tem a ver com obras não previstas no orçamento inicial, à partida,
464 é daquelas revisões orçamentais que não tem pejo nenhum em votar
465 favoravelmente. Pois, por que mais não fosse, estão inscritas duas obras
466 importantes na área da sua freguesia, mas também porque existem outras que
467 considera de alguma relevância sobretudo para a nossa coesão territorial.
468 Perguntou se nesta Revisão este valor que provirá de candidaturas do
469 Município está já devidamente assegurado ou se é apenas uma suposição. Se é
470 apenas uma suposição podia ter entrado no orçamento inicial quando foi
471 aprovado em dezembro. Uma revisão só se faz quando há garantidamente a
472 entrada de receita. Assim, pretendia saber se há, ou não, garantias de que este
473 milhão destinado à requalificação da “Estrada Moimenta/EN 17”, “Estrada
474 Rio Torto/Vila Nova de Tazem”, “Estrada Paços/EN 17”, a “Estrada do
475 Curral do Negro”, está ou não assegurado? - Perguntou.-----
476 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
477 (CDU) questionando se não existem formas nesta Revisão de reforçar as
478 verbas a atribuir aos Bombeiros Voluntários. Por outro lado, verifica que
479 existem novamente verbas para o Caminho do Curral do Negro, pelo que
480 pretendia saber a que se destinam.-----
481 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)
482 referindo que, nesta Revisão, verifica que a questão da DLCG é um assunto
483 que vai continuar. Não é um assunto encerrado, pois aparece uma dívida da
484 Volta a Portugal, no valor de 119.000,00 euros e dívidas ao fisco no montante
485 de 22.000,00 euros. Ainda surgirão mais, certamente, durante o ano de 2015,
486 ou seja, é um assunto que não está encerrado.-----
487 Questionou ainda sobre o que diz respeito a uma verba no valor de 51.500,00
488 euros referente a um “Stand de Salamanca”.-----
489 Quer dizer que ficaram satisfeitos, de facto, com a inclusão destas obras no
490 orçamento, pois vêm ao encontro daquilo que sempre defenderam. No
491 entanto, não deixam de fazer duas observações: a primeira prende-se com o
492 “Caminho da Madre d’Água”, que já era previsível aquando da aprovação do
493 Orçamento em 2014. Aprovámos uma verba que transitava para 2016 de cerca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

494 de 20.000,00 euros. Porém, esses 20.000,00 euros para 2016 desapareceram,
495 eram de “verba por definir”. Foi já definida esta verba de 75.000,00 euros,
496 mas faltam 20.000,00 euros que estavam previstas para 2016. Será que é
497 necessário esperarmos até 2016 para concluir a obra e porque não está no
498 plano final contemplado os 20.000,00 euros para a Madre D’Água? –
499 Perguntou.-----

500 Disse ainda que, embora se tenha conseguido verbas para o chamado
501 “alcatrão”, mas é com alguma mágoa que, de facto, verifica que a
502 “Requalificação da Escola de Moimenta da Serra” ficou ainda por definir,
503 aquela que é uma das obras que gostava que viesse já nesta Revisão verbas
504 para a sua execução. Independentemente da opinião que ainda possa haver
505 desta bancada, vai ter o seu voto favorável. Pensa que é a primeira vez que
506 uma Revisão é aprovada com o Partido Socialista a votar favoravelmente.

507 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente respondendo ao Senhor Presidente
508 da Junta de Freguesia de Gouveia referindo que, como disse inicialmente,
509 tendo em conta o novo Quadro Comunitário, não vai haver verba para
510 pavimentações a não ser em casos muito particulares, o que estão a tentar é
511 aproveitar uma candidatura que existe, que em reprogramação nos venha a
512 permitir, senão fazer tudo, pelo menos fazer alguma coisa.-----

513 Para isso, exige-nos a CCDRC que haja trabalho de casa feito, nomeadamente
514 o projeto e o procedimento concursal. E, portanto, para que possamos
515 desenvolver esse trabalho temos que ter as respetivas verbas em Orçamento.

516 Esta é a nossa determinação e vontade de podermos concretizar todas estas
517 obras e, como é óbvio, não somos os detentores da palavra final, mas sim a
518 CCDRC, mas para lá chegar temos que desenvolver trabalho. Sem este
519 trabalho não é possível sequer apresentar candidaturas, mas é a nossa intenção
520 estarmos prontos quer em termos de projeto, quer em termos de obra.-----

521 Não deixa, porém, de frisar que é o final do Quadro Comunitário e, portanto,
522 as regras, nesta fase, são mais apertadas, as verbas também não são as ideais e
523 atendendo a isso tudo também temos as nossas dúvidas, mas se não dermos
524 estes passos não chegamos lá.-----

525 ----- Respondendo à Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU)
526 referiu que a preocupação manifestada é também a nossa e, portanto, não está
527 propriamente nesta Revisão contemplado qualquer acréscimo de dotação para
528 os bombeiros voluntários, mas não deixa de referir que, em termos de
529 subsídio a estas instituições, esse valor não teve qualquer diminuição nos
530 últimos anos. Temos ainda contemplado no orçamento a verba para a
531 componente municipal da EIP que certamente será criada ao longo deste ano e
532 vai abranger as quatro corporações que participem nesta Equipa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

533 Intervenção Permanente. Por outro lado, não excluimos que, pontualmente, a
534 título de subsídio extraordinário, se possam apoiar essas Instituições.-----
535 ----- Em resposta ao membro da Assembleia José Santos Mota (PS),
536 esclareceu que o valor relativo ao stand em Salamanca são apenas 9.000,00
537 euros que é o valor do reforço e tem que se prende com uma candidatura em
538 que foi a ADRUSE que se candidatou juntamente com outros GAL,
539 nomeadamente, a Pro-Raia, para que os Municípios que integravam estes
540 GAL, pudessem ter um espaço em Salamanca, na Plaza Mayor, com uma
541 funcionária, para a promoção destes territórios, nomeadamente, com material
542 alusivo aos respetivos concelhos e, pontualmente, a eventos.-----
543 Essa candidatura a que estes GAL se candidataram entretanto terminou e, no
544 caso da ADRUSE, era o GAL deste lado que pagava aquele espaço. O que foi
545 decidido por todos os Municípios foi que essa loja, em termos do
546 compromisso de arrendamento e o pagamento da funcionária, continuaria a
547 funcionar até final de 2014 e, nessa medida, foi necessário que todos
548 contribuíssem para fazer face às despesas inerentes à sua manutenção. Assim
549 foi decidido repartir o encargo pelos diferentes Municípios pelo que resultou
550 este valor de 9.000,00 euros.-----
551 Informou ainda que, relativamente ao espaço, já não é o mesmo, é outro, é
552 também em Salamanca, muito perto da Plaza Mayor, mas agora o encargo é
553 assumido pela CIM, porquanto é uma entidade que, no âmbito do novo
554 Quadro Comunitário, poderá candidatar-se para conseguir apoio para a
555 manutenção e arrendamento e demais despesas deste espaço, sendo que os
556 objetivos são os mesmos. Está a ser definido o “*lay out*” do espaço e a
557 própria promoção exterior da loja e pode ainda informar que, no dia 7 de
558 fevereiro, quem puder deslocar-se a Salamanca, a Câmara de Gouveia estará a
559 fazer a ação de promoção da Exposerra e do Carnaval do concelho. Neste
560 momento, as despesas deste espaço e desta ação serão assumidas pela CIM.---
561 Relativamente às verbas que referiu a propósito do “alcatrão”, manifestou o
562 regozijo pelo facto de votarem a favor desta 1.ª Revisão Orçamental. A nossa
563 preocupação foi não perder a ambição em relação à Escola de Moimenta que,
564 aliás, continua no Orçamento, com valores, mas tentámos ir a algo que no
565 próximo Quadro Comunitário não vai ter apoio e, portanto, tentamos
566 concentrar os nossos esforços nesta área, tentando fazer as candidaturas que
567 nos permitirem, sendo que assumimos nós, como prioridades, estas estradas.
568 Ora, esta estratégia, tem a ver com as regras específicas da candidatura que
569 ainda temos das “Acessibilidades Intra-Concelhias”, que permite que haja
570 obra em estradas que fazem ligação com eixos nacionais ou com outros
571 concelhos e, nessa medida, estão aqui estas que, em termos técnicos, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

572 acordo com a CCDRC, cumprem todas elas os princípios necessários da
573 candidatura. E, por isso, a razão de serem estas e não outras. Mas vamos ver a
574 componente financeira, o que é que a CCDRC, neste encerramento de Quadro
575 Comunitário, nos vai permitir fazer.-----
576 No que diz respeito ao Caminho para a Madre D'Água, o valor que está no
577 Orçamento é o valor que entendemos fazer face àquilo que é necessário em
578 termos de projeto. Pode adiantar que o terreno necessário para a obra já foi
579 adquirido e, portanto, já demos um passo importante e fundamental no sentido
580 do arranque da obra.-----
581 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)
582 aludindo que em relação ao valor de 20.000,00 euros do Caminho da Madre
583 d'Água, o mesmo não aparece.-----
584 ----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente referindo que o valor
585 previsto para a obra é de 80.000,00 euros, 5.000,00 euros para 2015, como
586 “verba definida” e 75.000,00 euros em “verba não definida”. Através do saldo
587 de gerência reforçamos os 5.000,00 euros que passaram a ser, em 2015,
588 80.000,00 euros.-----
589 ----- Interveio o membro da Assembleia José Santos Mota (PS) não
590 concordando com a explicação, pois, em 2016, podemos verificar no
591 Orçamento, estão inscritos 20.000,00 euros, ou seja, 5.000,00 euros, mais
592 75.000,00 euros, mais 20.000,00, em 2016. No mapa das GOP não devia estar
593 em 2016 o valor de 20.000,00 euros? – Questionou.-----
594 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente solicitando ao Senhor Presidente
595 da Mesa a devida autorização para que a Senhora Chefe da Divisão de
596 Finanças e Património desse a devida explicação técnica, ao que lhe foi
597 concedida.-----
598 ----- Devidamente autorizada usou da palavra a Senhora Chefe da Divisão
599 de Finanças e Património, Dra. Alice Ferrão, referindo que esta Revisão é
600 apenas para o ano de 2015. O que está inscrito para 2016 está no Orçamento
601 Inicial e não se mexeu. Tratando-se de um Orçamento Anual, apenas as
602 modificações para 2015, são passíveis de alterações. Tudo o resto se mantém.
603 ----- Retorquiu o membro da Assembleia José Santos Mota (PS) mantendo a
604 dúvida quanto ao facto de, nas GOP para 2015, deixarem de estar referidos os
605 20.000,00 euros, para 2016.-----
606 Solicitou novamente explicações em relação à questão do “stand”, na medida
607 em que está prevista uma verba destinada à locação de um “Stand em
608 Salamanca”. A posição orçamental é de 42.500,00 euros, mais 9.000,00 euros
609 de reforço e, sem qualquer outra explicação, deduz-se que houve um gasto por
610 parte do Município de 51.500,00 euros, ou então a verba que devia ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

611 figurado seria apenas o correspondente aos custos que o Município teve com
612 o “stand”.-----

613 ----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente referindo que pela leitura do
614 Mapa, a rubrica é “locação de outros bens” com uma verba afeta de 42.500,00
615 euros, é genérica, foi reforçada com 9.000,00 euros, com a justificação de que
616 surgiu esta despesa que era imprevisada no Orçamento Inicial. Por outro lado, o
617 Senhor Deputado José Santos Mota (PS) afirmou que existem 119.500,00
618 euros de dívidas da DLCG, mas isso não corresponde à verdade, a rubrica
619 genérica é “outros trabalhos especializados” que entram nessa rubrica várias
620 coisas, tínhamos 82.000,00 euros, mas por força da transmissão de dívidas da
621 DLCG, no valor de 37.500,00 euros, é que passou a ser 119.500,00 euros e a
622 justificação está dada no documento.-----

623 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia
624 depreendendo da resposta do Senhor Presidente da Câmara que não há ainda
625 financiamento assegurado para estas novas obras que se pretendem introduzir
626 nesta Revisão Orçamental. Depreendeu também que se trata de uma
627 candidatura ainda com o rateio dos últimos dinheiros do QREN. E a sua
628 questão colocou-se pelo facto de se ter aprovado, em dezembro de 2014, o
629 Orçamento para 2015, nem há um mês, e agora surge este leque de obras
630 numa 1.ª Revisão Orçamental, no dia 15 de janeiro. Foi demasiado inusitado.
631 Se é assim, tão rapidamente, previsivelmente, deverá já haver segurança de
632 que há o dinheiro assegurado, pois, caso contrário, não tinha sido difícil, há
633 vinte dias atrás, ter inserido estas rubricas no Orçamento para 2015, mesmo
634 não havendo garantias de financiamento.-----

635 ----- Respondeu o Senhor Presidente referindo que se nos for permitido
636 efetuar obra, ela tem que estar concluída financeiramente em 30 de junho de
637 2015, por isso mesmo a nossa urgência, porque vai também haver um outro
638 regime para outras áreas, em “overbooking” que vai ter um período muito
639 curto. Significa que estas decisões que a CCDRC está a tomar agora para
640 ultimar o encerramento do Quadro, tem todos os dias novas diretrizes
641 relativamente a quase tudo e, portanto, este trabalho da nossa parte de busca,
642 de tentativa de realizar não começou este ano, já vem trabalho do ano
643 passado, simplesmente, ninguém nos disse abertamente e claramente, todas as
644 questões. Hoje em dia, todas as entidades se asseguram relativamente às
645 decisões. Só quando vão à Comissão Diretiva é que vem a decisão. Mesmo
646 quando os assuntos são analisados na CCDRC, a decisão final é da Comissão
647 Diretiva e o Quadro Comunitário não dá garantia, até lá, de aprovação e,
648 portanto, aquilo que por parte da CCDRC tem havido para com a Câmara, é
649 de total abertura e colaboração. Nessa medida, a Câmara, na postura de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

650 interessados, também temos que fazer o nosso trabalho de casa para
651 podermos, de alguma forma, estar capacitados para ir àquilo que nos for
652 permitido ir.-----

653 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
654 colocando à votação a “**Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento e às**
655 **Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de**
656 **2015**”, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com trinta e cinco (35)
657 votos a favor e uma (1) abstenção, por parte da Senhora Presidente da Junta
658 de Freguesia de São Paio, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei
659 n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

660 **Ponto 4 - Apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento**
661 **Intermunicipal (PEDI), da CIM-BSE**

662 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
663 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem
664 de trabalhos.-----

665 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por referir
666 relativamente a este ponto que aquilo que pretendem efetuar nem é defender
667 nenhum trabalho, nem é justificar, por assim dizer, nada, é o de explicitar a
668 todos os presentes a circunstância que o novo Quadro Comunitário envolve ao
669 nível da programação e preparação de candidaturas.-----

670 Como sabem o novo Quadro Comunitário em relação a todos os anteriores é
671 significativamente diferente, desde logo, porque é um Quadro Comunitário
672 em que os Municípios embora possam efetuar candidaturas autónomas e
673 independentes, mas grande parte das candidaturas que poderão efetuar,
674 embora como é óbvio com relevância e impacto nos seus territórios, são
675 candidaturas delineadas em Rede, isto é, em articulação com outros
676 Municípios. E, na nova configuração da nova época, do novo ciclo de
677 programação comunitária, aquilo que a *Europa 2020* quer para a estratégia
678 portuguesa, necessariamente, têm que estar articuladas e coerentes. Vem
679 precisamente numa estratégia de territórios de instituições agregadas,
680 parceiras e numa lógica de coesão, o mais possível, territorial, integrada e
681 coerente e precisamente numa escala supra municipal, não se ficando apenas
682 pela escala municipal. Nessa medida, existe a necessidade de todo um
683 trabalho de preparação, de planeamento e de estratégia para poder ser
684 aproveitado este novo ciclo do Quadro Comunitário.-----

685 E, por conseguinte, foi criada a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da
686 Estrela, à qual o Município de Gouveia pertence e, nessa medida, esta
687 Comunidade está incumbida de efetuar, por um lado, o Plano Estratégico para
688 o Desenvolvimento e, por outro lado, uma Estratégia de Desenvolvimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

689 Integrado para a área da CIM com impacto, com relevância e com articulação
690 com outros territórios, uma vez que as coisas não são estanques, como
691 também a envolvência e com articulação em territórios à volta.-----
692 E, desse modo, há desde logo que fazer um diagnóstico prévio e nesse
693 documento há “Forças” e há “Fraquezas” deste território e é com base nestas
694 “Forças” e nestas “Fraquezas” que depois se vai desenvolver também a
695 “Estratégia” com as “Áreas” e “Eixos” que vão ser privilegiados e vão ser
696 destacados para intervenção.-----
697 Aquilo que vai explicitar de uma forma mais simples, através da projeção de
698 um trabalho em “*powerpoint*”, é o que está contido no documento que foi
699 enviado aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta, que é um documento
700 denso, mas que pretendia apenas destacar os aspetos fundamentais e
701 principais que sobretudo vão interessar para a fase seguinte que é o Plano de
702 Ação. Existe uma fase inicial que é o Plano Estratégico e seguir-se-á uma fase
703 subsequente de concretização por Eixos, por Áreas, por Projetos-Âncora de
704 Ações, de Projetos que, por um lado, desde logo estão articulados e em
705 coerência com a Estratégia Comunitária, com a Estratégia Nacional, com a
706 Estratégia da Região Centro e que vão de encontro às prioridades que esses
707 próprios documentos preveem.-----
708 Seguiu-se a visualização do documento, destacando a parte onde estão
709 descritas as “*Fraquezas*” e as “*Forças*” e foi com base nisso que se
710 destacaram as “*Oportunidades*” que são as seguintes:-----
711 “•*Valorizar a aposta nacional na reindustrialização e na exportação;*-----
712 •*Promoção da competitividade das cidades através da requalificação e da*
713 *estruturação das redes urbanas;*-----
714 •*Aposta no ensino técnico e na articulação dos sistemas de ensino e de*
715 *formação profissional em regime dual e em estratégias de requalificação*
716 *profissional e inserção social dos desempregados de longa duração em*
717 *serviços de proximidade e em áreas relacionada com a economia social;*-----
718 •*Desenvolvimento de plataformas de articulação intermodal e serviços de*
719 *logística e criação no principal itinerário de trocas comerciais terrestres;*---
720 Nas “*Ameaças*” foram destacadas as seguintes:-----
721 “•*Modelo de desenvolvimento baseado em atividades de trabalho intensivo e*
722 *baixos salários;*-----
723 •*Fraca presença de investimentos estrangeiros e risco de abandono de alguns*
724 *investimentos;*-----
725 •*Necessidade de conciliar nível reduzido de prioridade de políticas públicas*
726 *com a subsistência de carências de determinando investimentos na região de*
727 *infraestruturas (transporte e logística);*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- 728 •*Desajustamentos entre a oferta e a procura de qualificações de mão-de-*
729 *obra;*-----
- 730 •*Desemprego estrutural;*-----
- 731 •*Envelhecimento da população e fraca capacidade de rejuvenescimento*”;-----
732 Como é óbvio se existem “*Fraquezas*”, temos “*Oportunidades*”, mas
733 também temos “*Desafios*”. E, em relação aos “*Desafios*” foram balizados os
734 seguintes:-----
- 735 “•*Especialização Inteligente - Potenciar uma estratégia de especialização*
736 *inteligente, solidificar o saldo da balança comercial*”. Sempre virado para a
737 vertente económica e para a vertente do trabalho e criação de emprego;-----
- 738 • *Sistemas Produtivos Territoriais, que visa potenciar os domínios*
739 *diferenciadores que proporcionam valor acrescentado, nomeadamente o*
740 *Turismo*”, é a aposta forte no turismo diferenciador, de qualidade que permita
741 articular o aproveitamento e dar destaque aos produtos endógenos do
742 território e, portanto, articulando aqui o agro turismo, o agro-ambiental e
743 industrial com o turismo.-----
- 744 • *Ensino Superior e Transferência do Conhecimento, aumentar o número de*
745 *jovens formados e melhorar a sua qualificação*”, é mais uma vez uma
746 articulação em Rede do Ensino Superior com o Ensino Profissional,
747 capacitando mais e melhor os nossos jovens.-----
- 748 • “*Saúde e inclusão social, proporcionar um envelhecimento saudável e*
749 *ativo.*” Vai mais uma vez de encontro a um dos Eixos fundamentais da
750 Estratégia Comunitária 2020 que é proporcionar um envelhecimento ativo e
751 saudável aos residentes, mas também articulando com um possível turismo de
752 terceira idade para poder haver ganhos nessa área.-----
- 753 • “*Cultura - Criar sustentabilidade na cultura, preservação dos valores*
754 *culturais da Sociedade e dinamização económica dos respetivos territórios.*”
755 Aproveitando a riqueza cultural dos territórios, nomeadamente, patrimonial o
756 caso da Rede de Judiarias ou outro património histórico para ter
757 aproveitamento económico, nomeadamente, enquanto fatores de promoção e
758 desenvolvimento turístico.-----
- 759 • “*Capitalização e modernização dos serviços públicos - Simplificação e*
760 *qualificação através de uma organização da Administração Pública*”, isto é,
761 uma Administração Pública mais eficaz, mais informatizada e mais articulada
762 na própria Rede da própria CIM.-----
- 763 • “*Sistemas ambientais e biodiversidade regional – visa proteger, preservar e*
764 *valorizar o património de forma sustentável*” aqui vão entrar todas as ações
765 em termos ambientais como a área florestal, podem sair projetos importantes
766 e relevantes na área ambiental, mas também em termos de aproveitamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 767 uma coisa aparentemente tão simples como o aproveitamento económico das
768 várias espécies de cogumelos que temos no nosso território.-----
- 769 • *“Prevenção riscos e proteção ambiental - Criar infraestruturas de combate*
770 *a incêndios, cheias e avanço do mar e inundação das áreas costeiras.”* Este é
771 um desafio que vai um pouco de encontro ao desafio anterior que se
772 interligam e se completam.-----
- 773 • *“Ciclo urbano da água e energia - Preservar os recursos hídricos;*
774 *aumentar a eficiência do consumo de água e energia; diminuir os impactos*
775 *ambientais negativos.”* Pretende-se investimento ao nível da eliminação das
776 perdas de águas nas redes de abastecimento de água, completar ainda os
777 investimentos necessários a efetuar na área do saneamento e em termos de
778 energia privilegiar o possível aproveitamento da água, enquanto fator criador
779 de energia. Estes são os “Desafios” que estão na Proposta de Plano em termos
780 da CIM.-----
- 781 Por sua vez, esta Proposta é uma “Visão do Território” que caracterizaram
782 como:-----
- 783 • Uma visão “Autêntica” no sentido de “*vir a acautelar um progresso*
784 *económico baseado no respeito dos valores naturais, culturais e patrimoniais*
785 *da Região”;*-----
- 786 • Uma visão para uma Região “*Inclusiva” propiciadora de oportunidades*
787 *para as novas gerações, com capacidade de enquadramento das*
788 *competências e valências dos que quiserem regressar à sua origem e comum*
789 *acompanhamento próximo das gerações mais experientes, enquanto guardiãs*
790 *das tradições e dos valores do território e merecedoras, pelos seus sacrifícios*
791 *passados, dos benefícios económicos dos novos tempos;* Aqui integra-se uma
792 iniciativa que a Câmara Municipal de Gouveia teve, que é o facto de estar
793 envolvido num Consórcio para uma área que tem a ver com a Economia
794 Cívica. Há no novo Quadro Comunitário e o Governo aproveitou um
795 programa específico para isso, cujo concurso deve estar a surgir para fevereiro
796 ou março, no sentido da dinamização da Economia Cívica em Portugal. É um
797 Programa com 150 milhões de euros a que se podem candidatar Consórcios,
798 não Municípios, em que estão incluídos Entidade Públicas e Entidades
799 Privadas. É algo que deve ser aproveitado e que deve potenciar em termos
800 económicos e em termos sociais.-----
- 801 • *“Empreendedora”, capacidade para gerar e atrair empreendedores,*
802 *criando emprego e gerando valor acrescentado;*-----
- 803 • *“Internacional”, com empresários locais activamente envolvidos nos*
804 *mercados globais, promovendo produtos regionais e atraindo fluxos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

805 *turísticos, tornando a Região atractiva para a realocização de actividades de*
806 *outras partes do País e para investidores estrangeiros.”-----*
807 Por outro lado existe uma “Missão” que tem que ver com aquilo que é
808 especificamente mais importante e que são valores essenciais:-----
809 • *“Proteger os produtos tradicionais, assegurando a sua adaptação às*
810 *exigências modernas de mercados sem deixar de respeitar os princípios*
811 *artesaniais que lhes granjearam reconhecimento, e acautelando a protecção*
812 *das marcas que os ligam ao território;-----*
813 • *Dinamizar novas actividades económicas que valorizam o património*
814 *natural, cultural e arquitectónico, projetando a imagem da Região pela*
815 *promoção de novos fluxos turísticos e de uma maior visibilidade global dos*
816 *produtos regionais;”-----*
817 Portanto, vai sempre de encontro aos produtos endógenos, aos produtos que
818 identificam o território e que se quer promover, ou seja, promover o território
819 tendo por base o que ele gera.-----
820 • *“Inovar, assegurando uma melhor ligação à Universidade e aos centros de*
821 *investigação e aproveitando a maior qualificação das populações para atrair*
822 *novas actividades de valor acrescentando, baseadas nas novas tecnologias e*
823 *na capacidade de acesso instantâneo aos mercados globais.”-----*
824 Isto prende-se com a tentativa de aliar aos produtos endógenos, aos produtos
825 que o território produz, aproveitamento o conhecimento científico para que
826 novos aproveitamentos possam ser efetuados desses mesmos produtos e dessa
827 forma gerando valor acrescentado.-----
828 Para isto é necessário efetuar um Plano. E um Plano que tem que estar em
829 *“Alinhamento com Diretrizes Comunitárias e Nacionais”, isto é, com a*
830 *“Estratégia 2020”, com o “Portugal 2020” e com a “Estratégia CRER da*
831 *Comissão de Coordenação”, bem como com os diferentes Normativos que*
832 *existem no País nas diferentes Áreas.-----*
833 Para este efeito e em termos de Plano a Comunidade definiu *“Eixos*
834 *Estratégicos de Intervenção”* que são em termos deste Plano, os Eixos
835 Fundamentais e Prioritários nesta nossa caminhada neste novo Quadro
836 Comunitário e foram definidos quatro Eixos que são os seguintes:-----
837 • *“Eixo I: Reforçar a atratividade e conectividade do território”:- Pretende*
838 *estabelecer Redes que permitam por outro lado efetuar e criar uma Coesão*
839 *Territorial muito maior, a Capacitação Hard – Infraestruturas públicas –*
840 *Logística, água e saneamento, a incubação de negócios como o PCT e*
841 *incubadoras – TIC.-----*
842 • *“Eixo II: Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na*
843 *inovação e no conhecimento”:- Aposta na promoção do território, no*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

844 Empreendedorismo, na internacionalização e especialização dos produtos
845 endógenos, dando-lhes aproveitamento novos e de preferência que possa
846 haver aplicação de conhecimento científico articulando com a Universidade e
847 dessa forma aumentado o valor acrescentado desses mesmo produtos.-----

848 • *“Eixo III: Promover uma Região Inclusiva”*:- Tem a ver com as
849 Qualificações, com a Educação, com a Terceira Economia (setor social),
850 Igualdade de Género, com os Jovens e Demografia. Todas estas ações têm em
851 conta um objetivo fundamental, capacitar o território para que ele seja mais
852 atrativo, fixador de pessoas e sobretudo de jovens e dessa forma combater a
853 perda de população.-----

854 • *“Eixo IV: Consolidar uma Região Sustentável”*:- Tem a ver com a
855 utilização eficiente dos recursos que temos, com a utilização eficiente e
856 correta de recursos como a água, da floresta, todos os recursos naturais que
857 temos.-----

858 Por sua vez, estes *“Quatro Eixos Estratégicos”*, vão-se concretizar e detalhar
859 em cinco *“Áreas Temáticas Fundamentais”*:------

860 *“1 – Área da Inovação, Internacionalização e atração de Investimento*
861 *Produtivo”*, pretende-se efetuar uma articulação muito próxima da parte dos
862 Municípios com o setor privado, com o setor científico e com o setor
863 tecnológico e associativo. É criar condições para a dinamização de mercados
864 locais, seja através de internacionalização de negócios, seja através de atração
865 de investimento produtivo para a Região. Aqui vão surgir os seguintes
866 projetos âncora:-----

867 • *“Criação da Agência 3I”*, ou seja, uma agência para o investimento,
868 inovação e internacionalização, pretende-se com esta agência criar *“no*
869 *wat”* e capacitação para o investimento para a inovação e
870 internacionalização;-----

871 • *“Criação de Living Lab”*;-----

872 • *“Criação de Incubadoras para revitalização económica do território”*;

873 • *“Regeneração Urbana como factor importante potenciador de riqueza*
874 *economia e de tornar o território mais atrativo e apelativo para a*
875 *fixação dos jovens e fixação de população”*-----

876 *2 – Área do Turismo e Agro-Industrial*:- Tem a ver com os produtos
877 endógenos, os produtos do território, com a associação de diversas valências e
878 com a associação de diversos recursos diferenciadores da região e ao
879 potencial e dinamizar as marcas com reputação e reconhecimento no
880 mercado. É o caso da Serra da Estrela, as Aldeias Históricas, as Aldeias de
881 Xisto, a cereja do Fundão, enchidos da Beira Baixa. E, por isso mesmo, em
882 termos de projetos, estão os diferentes consórcios os quais apresentam estes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

883 projetos ligados ao turismo enquanto fator e mecanismo para potenciação
884 destes mesmos produtos.-----

885 “3 – Área da Logística, Mobilidade e Serviços Básicos:- Pretende-se o
886 aproveitamento de infraestruturas pré-existentes através de uma articulação
887 concertada entre os quinze municípios, de forma a criar e dar prioridade à
888 partilha dos recursos e ao fundamento da multimodalidade dos inter face de
889 transportes e redes logísticas. Isto tudo no sentido de existir uma tentativa de,
890 com esta proposta de aproveitamento em termos de economia de escala,
891 poupança de custos das estruturas que já existem, para dessa forma criar em
892 termos do próprio mercado da CIM vantagens e menos custos para os
893 operadores. Esta Área conta com 4 projetos âncora: Por um lado, as
894 intervenções ao nível de *Projectos de infra-estruturas de transportes e Rede*
895 *Logística de proximidade*, é aqui que, no nosso caso, poderão existir
896 intervenções de rodovias, por outro lado, a *Promoção da Mobilidade*
897 *Sustentável na área da CIM e Promoção da eficiência nas infra-estruturas*
898 *básicas de água e saneamento*, é aqui que entram os projetos em termos de
899 eliminação de perdas de água, em termos de completar redes de saneamento,
900 indo de encontro àquele objetivo de efetuar um aproveitamento mais eficiente
901 dos recursos.-----

902 “4 – Área do Capital Humano e Modernização Administrativa”:- Esta área
903 prende-se com a aposta na formação e qualificação das pessoas como
904 elemento chave e fundamental para a modernização da administração pública
905 e promoção da sua eficiência. Neste caso vai-se tentar fazer algo que é
906 novidade, ainda somos muito arredios nisto, ou seja, efetuar a partilha de
907 serviços entre as Câmaras Municipais, por exemplo, uma Autarquia necessita
908 de técnicos que não tem no seu Quadro de Pessoal, um avaliador ou um
909 orçamentista e poder ser aproveitado um técnico de uma outra Câmara
910 vizinha e colaborar. Neste âmbito, realizou-se um Congresso muito relevante
911 no Fundão que contou com a presença de muitos participantes. Isto não é algo
912 que possa parecer tão desgarrado quanto isso, é algo que se pretende colocar
913 em prática.-----

914 “5 - “Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social”:- Aqui o
915 fundamental visa promover a qualidade e o bem-estar da população residente
916 em termos do seu envelhecimento ativo e também numa lógica de
917 aproveitamento dos equipamentos existentes e valências endógenas em
918 dinamizar este setor de atividade de forma a que mais uma vez, no caso das
919 IPSS, não trabalhem, não funcionem como estanques, mas que funcionem
920 articuladamente. Nesta Área existem os seguintes projetos âncora:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

921 • “*Criação de um Living Lab Temático na área da saúde*” e “*Aproveitamento*
922 *e áreas de investimento do termalismo*” e na “*criação de uma Rede*
923 *supramunicipal de funcionamento e articulação das próprias IPSS*”.-----
924 Estas são as *Áreas temáticas* que se propõe e que têm os projetos âncora que
925 referiu e que se vão concretizar em projetos base, isto é, no fundo, este Plano
926 é concretizado detalhando-se desde os Eixos, às *Áreas Temáticas* com os
927 *Projetos Âncora* e agora com os *Projetos Base* que de alguma forma vão em
928 coerência concretizar mais os *Projetos Âncora*. E, nessa medida, vamos passar
929 para a fase seguinte da nossa Estratégia em termos do novo Quadro
930 Comunitário para a CIM. Tem a ver com a realização do Plano de Ação da
931 CIM, isto é, é nesta fase do Plano de Ação, na qual vamos entrar, que vão ser
932 concretizados e especificados os projetos que se pretendem realizar, projetos
933 esses que devem ser de diferente dimensão. Devem ser de dimensão e de
934 relevância nacional, regional e municipal, isto é, os projetos devem ter efeitos
935 municipais, efeitos locais. As Câmaras poderão ter projetos específicos, mas
936 são valorizados todos os projetos que possam ser realizados em termos de
937 articulação com outros municípios. É por isso mesmo que já estamos a fazer
938 isso numa área específica, já estamos a trabalhar para podermos fazer um
939 projeto de ação que seja supramunicipal com a intervenção de vários
940 Municípios de forma a se poder candidatar algo que terá efeito em todos os
941 Municípios, desde logo os que forem aderentes a este projeto, mas que poderá
942 ter efeitos em concelhos vizinhos.-----
943 Esta foi uma abordagem e apresentação muito simples do documento enviado
944 aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta, para que o possam analisar
945 por forma a que, dentro em breve, possam fazer chegar sugestões de projetos
946 de intervenção neste Plano da CIM, para se poderem contemplar no Plano de
947 Ação.-----
948 E, nessa medida, como é óbvio, os Senhores Deputados e Presidentes de
949 Junta, não tendo este conhecimento da temática do Plano e fases que ele
950 encerra, não tinham a facilidade em ter, em concreto, o conhecimento ou o à
951 vontade para poderem efetuar sugestões relativamente a projetos que
952 pretendam que sejam efetuados. Ou seja, de uma forma muito resumida, estes
953 *Eixos* e estas *Áreas* balizam o Plano e, portanto, os projetos que venham a ser
954 propostos para serem efetuados neste Quadro Comunitário têm que se
955 enquadrar nos *Eixos*, nas *Áreas*, nos *Projetos Âncora* definidos e também no
956 âmbito dos *Projetos Base* e, portanto, vão apenas pormenorizar e enriquecer o
957 Plano que já existe, que é o Plano, é a Estratégia da CIM para este novo
958 Quadro Comunitário.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

959 Sabe que este Plano já foi de alguma forma apresentado na Assembleia
960 Intermunicipal, mas entendeu que era de toda a conveniência e por uma
961 questão de conhecimento de todos os presentes, terem acesso a esta
962 documentação, que de facto é uma documentação algo densa, mas seria
963 adequado e conveniente fazer esta apresentação simples daquilo que é o Plano
964 da CIM Beiras e Serra da Estrela para que, com base nisso, todos possam
965 participar em termos de ideias de projetos para o Plano de Ação.-----
966 Agora - prosseguiu - vamos passar para a fase seguinte de elaboração do
967 Plano Estratégico, para o qual a CIM contratou uma empresa para a sua
968 execução, a mesma empresa que elaborou este documento que hoje
969 apresentou, por uma razão de coerência, é certo, de modo a que agora se
970 possa concretizar este novo Quadro Comunitário.-----
971 Para finalizar, queria apenas informar que nesta nova *Estratégia 2020* é
972 permitido aos órgãos da CIM, em termos de concretização dos investimentos,
973 deixa de ser só a CCDRC a efetuar a gestão de dinheiros. A CIM vai ter
974 entidades que vão gerir estes fundos como é o caso das ITI – Investimentos
975 Territoriais Integrados, que são estruturas que vão ter como missão gerir
976 verbas, aprovar candidaturas e projetos, fazer um pouco aquilo que faz a
977 CCDRC atualmente. Há como que uma descentralização da gestão dos
978 dinheiros. Os próprios GAL vão passar a ter uma outra denominação, a partir
979 do momento em que estejam certificados. No caso da nossa área, é a
980 ADRUSE, mas, a partir do momento que esteja certificada, será considerada a
981 estrutura que, ao nível local, vai poder concretizar e gerir e ser ponto de
982 entrada de candidaturas em determinadas áreas.-----
983 Em termos de estruturas que vão funcionar são as chamadas ITI e as ARU's
984 em termos de intervenção urbana e, precisamente por isso, há pouco tempo
985 veio um documento a esta Assembleia que tem a ver com a preparação para se
986 executar a Reabilitação Urbana. A questão da ARU é um instrumento que é
987 fundamental para que possamos efetuar candidaturas, não só para obra
988 pública, no novo Quadro Comunitário, dentro daquela lógica da parceria e da
989 envolvimento dos diversos parceiros, em termos de Requalificação Urbana.
990 Para além da requalificação pública, é também privilegiada a parceria
991 público-privada em termos de intervenções, isto é, requalificação de uma área
992 da cidade que, para além de obra pública, é desejável que ao mesmo tempo
993 possa existir requalificação privada e, nessa medida, também os privados irão
994 beneficiar de apoios financeiros ou de benefícios fiscais que decorrem da
995 própria ARU.-----
996 Portanto, no fundo, é esta, de uma forma sumaria, a apresentação do PEDI
997 que, após a sua leitura, todos os presentes podem fazer chegar sugestões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

998 quanto a possíveis projetos a desenvolver no caso do Plano de Ação. Nessa
999 medida, como é óbvio, estamos disponíveis para colaborar e aproveitar essas
1000 mesmas sugestões.-----
1001 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1002 declarando abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendam
1003 intervir. -----
1004 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
1005 (CDU) deixando apenas um alerta, esperando que não seja o Quadro
1006 Comunitário que nos leva ao agro negócio.-----
1007 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)
1008 referindo que, perante esta exposição, já tinha participado na apresentação do
1009 documento, por parte da empresa que está na base da construção desta
1010 estrutura, desde planeamento, em Seia, na Assembleia Intermunicipal. De
1011 acordo com os documentos entregues fica com algumas preocupações, pois vê
1012 sempre participações ligadas ao lado de lá da Serra. A Seia e a Gouveia vêm
1013 poucas intervenções do ponto de vista das suas reivindicações.-----
1014 E, em termos de desenvolvimento territorial do concelho de Gouveia, será em
1015 relação a isso que têm de se preocupar todos os Senhores Deputados, ou
1016 membros de Associações, ou pessoas ligadas ao comércio, à indústria, pois
1017 todos são responsáveis perante um desafio destes que têm pela frente. Assim,
1018 ou pegam nele e tentam pelo menos não continuar a dar passos atrás ou
1019 perdemos a Estrela.-----
1020 Gostava de abordar aqui, em pormenor, aquilo que disse na Assembleia
1021 Intermunicipal, em Seia. Concretamente, referia um *Eixo*, o *Eixo IV-*
1022 *Sustentabilidade dos Territórios* e é aqui que tem que existir um olhar para
1023 este Eixo. E este olhar refere-se ao território e, mais concretamente, ao Parque
1024 Natural da Serra da Estrela e não vale a pena dar a volta pois, ou percebemos
1025 que este território da forma como está a ser gerido não é sustentável e temos a
1026 oportunidade de fazer alguma coisa, ou seremos acusados pelos nossos filhos
1027 e pelos nossos netos de deixarmos o território muito pior do que aquilo que o
1028 recebemos. E está preocupado por várias razões: primeira, porque a área do
1029 PNSE tem 30 mil hectares de área degradada, ou seja, se nada fizermos
1030 perante este território ele vai ser irrecuperável. Tínhamos uma atividade
1031 económica ligada à pastorícia que, ano a ano, se tem vindo a perder e não há
1032 turismo que resista ao se mostrar a quem nos visita uma Serra degradada, sem
1033 atividade económica, sem presença na Serra. Isto é preocupante. Este
1034 território só é sustentável se fizermos uma intervenção nele. E, por isso, é que
1035 pensa até que ponto não seria possível incluir num Eixo âncora a intervenção
1036 territorial do Parque Natural da Serra da Estrela, até porque é uma área que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1037 engloba seis concelhos e, de certa forma, interessa não só aos seis concelhos,
1038 mas a todos os quinze Municípios que abarcam as Beiras e Serra da Estrela.
1039 É de opinião que deveríamos pensar se não seria de convencer, porque do
1040 lado de lá da Serra interessa-lhes a marca Serra da Estrela, para eles só
1041 interessa a marca, por isso temos que saber o que podemos retirar desta marca
1042 e, se calhar, estamos a retirar muito pouco e temos que ser inteligentes e tentar
1043 retirar mais.-----
1044 Todos têm que dar as mãos e perceber o que podem fazer. Há projetos neste
1045 momento que foram galardoados internacionalmente pela Europa, do ponto de
1046 vista da intervenção do Parque Natural Serra da Estrela. Agora, é preciso é
1047 dinheiro e aqui é que está a capacidade da CIM. Os concelhos que integram a
1048 Serra da Estrela têm que ter a solidariedade de todos os outros concelhos para,
1049 de alguma forma, reconverter e recuperar as áreas degradadas. Temos que ter
1050 a solidariedade de todos os concelhos para levarmos avante um Plano como
1051 este que tem milhares de euros envolvidos. Porque, ou nós recuperamos as
1052 áreas e voltamos à atividade da pastorícia na Serra da Estrela com a presença
1053 dos homens e das mulheres na Serra, para produzirmos o leite para fazer
1054 queijo ou ficamos para trás. Aquilo que diz no Plano não faz sentido, é
1055 promover o Queijo da Serra, mas para isso temos que ter forma de valorizar
1056 este recurso, mas chamá-lo com o seu nome. Temos que promover o “Queijo
1057 Serra da Estrela” e não Queijo da Serra, pois Queijos da Serra há muitos.
1058 Aqui vão ter um grande desafio e, ou temos a solidariedade e vale a pena
1059 continuar na CIM ou então não vale a pena e a solidariedade põe-se logo
1060 quando negociarem o “envelope financeiro”. É que o mesmo não está ainda
1061 negociado, a negociação do “envelope financeiro” para estas atividades que
1062 vão aparecer e outras mais, temos que ter “envelope”, temos que negociar. Se
1063 não tivermos propostas, ações que, de alguma forma, incorporem estes
1064 desenvolvimentos e estes Eixos não vamos lá e é aqui que temos que ter a
1065 solidariedade, caso contrário, dificilmente daremos, de facto, a volta. É
1066 preciso que esta Serra da Estrela valorize todos os produtos que advêm dos
1067 ecossistemas. Falou-se aqui num dos pilares que é, de facto, lutar contra a
1068 desertificação. Há dois tipos de desertificação, não só humano, mas também a
1069 do solo. Um dia destes não há solo, não há agricultura, não há florestas. É
1070 preciso voltar à floresta, voltar à pastorícia, caco contrário não vamos lá e isso
1071 tem que se fazer num território do qual fazemos parte. Temos que fazer isto.
1072 Por exemplo, a água. A Serra da Estrela, é das serras, a mais húmida do País.
1073 Alimenta muita gente, mas pode deixar de o ser se nada fizermos para
1074 continuarmos a ter boa água e em quantidade é aí que temos que intervir do
1075 ponto de vista florestal, a proteção dos ecossistemas, senão não vamos lá. Um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1076 dos pilares diz que há que fazer o combate à desertificação dos solos. Temos
1077 aqui uma oportunidade de o fazer e temos de saber até que ponto o projeto
1078 que foi já galardoado não pode ser considerado um projeto âncora em termos
1079 de desenvolvimento, pois no seu entender é um projeto âncora.-----
1080 Um outro ponto, e para terminar, tem a ver com o Eixo I, de reforço e
1081 atratividade da conetividade do território. Sabemos que neste Quadro não vai
1082 haver dinheiro para novos equipamentos, mas também é sabido que o Projeto
1083 fala no CISE, em Seia, mas também fala no Parque Biológico. Devemos
1084 aproveitar isto e quando diz aproveitar é, e como já defendeu aqui várias
1085 vezes, a estrutura do Parque Biológico só por si não vale, ela tem que estar
1086 articulada com o CISE, em Seia e com outros equipamentos. Ninguém pode
1087 substituir ninguém e ninguém pode reivindicar nada. Temos que ter a
1088 solidariedade dos outros concelhos, para podermos apoiar certamente
1089 renovações no CISE, mas eles também têm que nos apoiar naquilo que nos é
1090 muito grato e é único na Serra da Estrela, mas que não tem sido valorizado,
1091 não tem tido a dimensão que deveria ter. Temos aqui uma oportunidade de
1092 valorizar este equipamento que, em articulação com o CISE e com outros,
1093 possa, de alguma forma, fazer aqui uma triangulação, nomeadamente, com a
1094 Torre, do ponto de vista do turismo e do ponto de vista ambiental. Temos aqui
1095 um equipamento que pode ser objeto de candidatura neste Eixo, recuperando,
1096 alargando, promovendo aquilo que já chamou aqui de Centro de Educação
1097 Ambiental, com a dimensão animal e vegetal, em articulação, certamente,
1098 com o CISE. É isto que temos que reivindicar. Temos que ter solidariedade
1099 entre os outros concelhos e certamente que podem contar com o apoio dele e
1100 da bancada do Partido Socialista para fazerem isto. É para isso que são eleitos
1101 e ninguém lhes perdoaria se fizesse isso de outra maneira.-----
1102 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS)
1103 referindo que relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara no
1104 sentido de esclarecer este Plano Estratégico da CIM para a Região, não
1105 entrará em pormenor, porque pensa que não é altura de o fazer e nem sabe se
1106 chegarão a esse momento de intervir sobre aspetos pontuais, concretos e reais
1107 do concelho de Gouveia e dos concelhos limítrofes. No entanto, traçaria duas
1108 ou três linhas acerca daquilo que o Senhor Presidente referiu e do que
1109 pretende fazer. Começando pelo fim, o Senhor Presidente da Câmara disse
1110 que esperava que lhe chegassem algumas ideias e projetos. Quanto a si é
1111 errado. No seu entender, o que deveria fazer, não é esperar que lhe façam
1112 chegar ideias ou projetos à Mesa, mas, porque é Presidente da Câmara,
1113 deveria liderar um processo dinâmico que fizesse intervir todas as forças
1114 vivas do concelho, no sentido de concretizar uma verdadeira estratégia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1115 gouveense para intervir no Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal.
1116 No seu entender devia começar pelo próprio órgão a que pertence e que
1117 preside, a Câmara Municipal, mobilizando os Vereadores, incluindo os da
1118 oposição, para formarem um Núcleo, em nome de Gouveia, para fazerem uma
1119 intervenção séria e profícua no Plano Estratégico Intermunicipal.-----
1120 O grupo constituído devia mobilizar a Assembleia Municipal e todos os
1121 Deputados, independentemente, da força partidária que representam. Este
1122 seria o primeiro passo para conseguirem algum êxito naquilo que nos
1123 propõem que é tentar gerir o melhor possível e contrariar um bocado a
1124 história do aproveitamento dos fundos europeus que Portugal tem tido,
1125 tentando gerir o melhor possível a pequena parte da verba superior aos 20 mil
1126 milhões de euros que hão-de vir até 2020, sabendo que se calhar é das
1127 derradeiras oportunidades que vamos ter.-----
1128 Depois temos uma missão que é a seguinte: somos ou não somos capazes de,
1129 em conjunto, defender Gouveia neste aspeto e isso depende do sucesso que
1130 tivermos. O sucesso de Gouveia e dos concelhos que integram a CIM,
1131 dependerá também de, no seio da Comunidade Intermunicipal, conseguirem
1132 ultrapassar aquelas velhas ideias que nunca conseguiram bons resultados “*o*
1133 *lado de lá da Serra*” e “*o lado de cá da Serra*” ou “*o concelho daqui*” e “*o*
1134 *concelho dali*”. Se, no seio da CIM, não forem capazes de ultrapassar estas
1135 divergências e estes diferendos e não forem capazes de estabelecer uma
1136 verdadeira equidade no sentido daquilo que interessa aos concelhos, então o
1137 resultado não vai ser positivo. E é preciso fazer alguns pressupostos e o
1138 pressuposto número um é de que temos que ter consciência que cada concelho
1139 vai defender a sua bandeira, como Gouveia defenderá a sua, como Seia
1140 defenderá a sua, o Fundão, Manteigas etc.. Mas, tendo consciência disso, é
1141 preciso que os responsáveis por cada um dos Municípios tenham consciência
1142 de que, se não se entenderem, todos vão sair prejudicados. A ideia de que a
1143 Covilhã pode ganhar mais do que Gouveia, ou Seia ganhar mais do que
1144 Celorico, é uma ideia errada, uma base errada que tem que se banir do seio da
1145 Comunidade Intermunicipal para se conseguir gerir alguma coisa. E isso tem
1146 a ver com as tais entidades que o Senhor Presidente referiu que vão agora
1147 gerir financeiramente os fundos que cabem a esta parte da Região Centro e
1148 que por isso estarão mais próximos, mas nem por isso deixarão de representar
1149 perigos de influências que também terão que terminar.-----
1150 Portanto, aquilo que tem a dizer é sobretudo isto: cada um terá algumas ideias
1151 a dar, mas é preciso que haja condições concretas para que possa dá-las, para
1152 que possa dizer aquilo que vai na cabeça, aquilo que durante a vida pensaram
1153 e que nunca se serviram de ideias para ajudar o concelho e sejam capazes de o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1154 fazer. E isso só será possível se houver uma liderança neste processo e, ou o
1155 Senhor Presidente da Câmara é capaz de liderar este movimento, ou então, a
1156 batalha está já meia perdida.-----

1157 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia
1158 referindo que subscreve aquilo que disse o Senhor Deputado Fernando Silva
1159 (PS). A forma como ele entende a questão, também ele comunga desse
1160 entendimento. Como é que cada um de nós pode dar o seu contributo para em
1161 fase ou em sede de elaboração do Plano de Ação? – Perguntou. Todos terão
1162 ideias, sugestões, projetos, sonhos que, de alguma forma, podem ter expressão
1163 se forem dadas oportunidades para que nós, enquanto autarcas, mas também
1164 as forças vivas, as associações, o movimento associativo, o movimento
1165 empresarial, se poderem pronunciar e dar os seus contributos nas matérias
1166 mais específicas e que se podem enquadrar nos Eixos de Intervenção. O caso
1167 da defesa que tem feito e que faz de que deve haver um Plano de Salvaguarda
1168 e valorização da Ribeira de Gouveia pode enquadrar-se neste domínio.-----

1169 Tem, no entanto, uma dúvida, trata-se da circunstância em que se pretende
1170 elaborar o Plano Estratégico Municipal. Aliás, existe verba consignada no
1171 orçamento para a elaboração desse plano. Como é que podem fazer mais do
1172 que co-habitar, fazer encaixar estes dois documentos estratégicos, naquele que
1173 será o Plano de Estratégia Municipal e o PEDI da Comunidade Intermunicipal
1174 Beiras e Serra da Estrela. Os alertas que o Senhor Deputado Fernando Silva
1175 (PS) lançou e, se a CIM foi criada, foi para haver escala. Havendo escala pode
1176 ser também um vetor importante de maior absorção de verbas por via de
1177 projetos que têm que ter um carácter intermunicipal, em que a área territorial é
1178 muito mais alargada. Não se pensa a uma escala concelhia ou a uma escala
1179 intermunicipal a dois ou a três. É um território muito maior e, ou esta é a
1180 nossa oportunidade, ou então, leva-lhe a pensar que não terá valido a pena
1181 Gouveia ter saído da NUT III - Gouveia, Seia e Fornos de Algodres, apenas
1182 uma unidade estatística para efeitos de candidaturas aos fundos comunitários
1183 dos anteriores Quadro Comunitário. Ou é desta com o 2020 ou então será
1184 mais uma oportunidade perdida.-----

1185 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que, como é
1186 óbvio e que começou por dizer, aquilo que estão a fazer e aquilo que disse
1187 aqui de uma forma simples e facilmente perceptível por todos, levou de alguma
1188 forma a apresentar uma primeira leitura do documento, naquilo que é o seu
1189 principal que é a questão dos *Eixos* e as suas *Áreas Temáticas*, porque são
1190 elas que vão balizar tudo aquilo que venha a ser o Plano de Ação.-----

1191 Em relação ao Plano de Ação, tal como os Senhores Deputados receberam a
1192 proposta, também outras entidades no concelho de Gouveia a receberam. Não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1193 todas, mas algumas já o possuem para irem tendo uma leitura do documento,
1194 para poderem colaborar com sugestões relativamente às suas áreas. A Câmara
1195 Municipal de Gouveia, e agora respondendo ao Senhor Deputado Fernando
1196 Silva (PS), aquilo que fez hoje foi permitir que todos possam colaborar. Não
1197 foi o inverso, pois se tivéssemos recebido o documento e não houvesse esta
1198 explicação, mais sucinta, certamente que muitos desistiam de o continuar a ler
1199 e por isso fez esta apresentação, mas não disse aqui que não ia auscultar as
1200 entidades ou as pessoas. Aquilo que iria sugerir ao Senhor Presidente da
1201 Assembleia é que, por bancadas municipais, pudesse haver de cada bancada,
1202 um trabalho, de cada grupo, reunir sugestões que entendessem e depois em
1203 conjunto com os representantes das diferentes bancadas se poder fazer uma
1204 reunião para mais eficazmente se abordarem os diferentes projetos ou
1205 sugestões.-----
1206 O mesmo vão fazer com os empresários, com as IPSS, com o setor
1207 associativo e cultural e é, nessa medida, que acha que o trabalho resultaria
1208 mais eficazmente se pudessem realizar esse trabalho, para podermos mais
1209 eficazmente verificar, no concreto, a adequação das diversas propostas e
1210 diversos projetos, porque eles têm que ter valores, tem que se lhes atribuir
1211 valores e custos às iniciativas que se pretendem vir a realizar.-----
1212 Mas como disse, este Plano de Ação, pelo menos da parte do Concelho de
1213 Gouveia, não é um Plano de Ação que a Câmara faça por si sem ter a
1214 participação da Comunidade, antes pelo contrário. Por isso mesmo, estamos a
1215 fazer isto hoje aqui e também já apresentámos e dialogámos com
1216 representantes de associações para que eles mesmos, por setor, nos façam
1217 chegar sugestões que, certamente, serão importantes para a concretização dos
1218 projetos que têm que ter carácter municipal. Mas serão tão ou mais valorizados
1219 e importantes se tiverem um carácter supra municipal e, dessa forma, também
1220 permitam ultrapassar, em grande parte, a rivalidade possível que possa existir,
1221 porque isso, e diz de forma muito clara, daquilo que tem visto de alguns
1222 Presidentes de Câmara que estão na CIM, muitos deles, ainda não se
1223 aperceberem do que está em causa e quando começarem a falar dos projetos
1224 possíveis, a maior parte, vai apresentar projetos municipais específicos,
1225 autónomos, que não vão ser valorizados, a não ser que permitam articulação
1226 com mais concelhos, num “chapéu” mais amplo. A não ser assim, não serão
1227 merecedores do apoio e serão penalizados.-----
1228 Por isto é que este Quadro Comunitário tem esta diferença que é obrigar-nos a
1229 mudar o paradigma de relacionamento uns com os outros em termos de
1230 Municípios, ganharemos tanto mais, quanto mais aliados e articulados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1231 estivermos. É a tal coesão territorial que se pretende, já que somos
1232 individualistas por natureza.-----

1233 Assim, vamos ser obrigados a fazê-la se quisermos aproveitar o Quadro
1234 Comunitário. Essa talvez seja a vantagem ou a tônica mais importante do
1235 novo Quadro Comunitário, vai obrigar-nos a comportarmo-nos uns com os
1236 outros de forma diferente, na articulação de ações, projetos, iniciativas e que
1237 só dessa forma serão financiáveis, passíveis de ter concretização. Dessa forma
1238 não é um território que ganha, são os diferentes territórios em que essas
1239 iniciativas tiverem desenvolvimento e se desenrolarem. Portanto, essa é a
1240 grande diferença e a grande novidade que este novo Quadro Comunitário tem.
1241 Relativamente à questão da articulação dos diferentes Planos e o Plano que
1242 temos que definir para o concelho de Gouveia, é óbvio que o Plano
1243 Estratégico de Gouveia para poder encaixar nos apoios comunitários deste
1244 novo Quadro Comunitário está balizado por estas *Áreas* e estes *Eixos*,
1245 obrigatoriamente, independentemente, de podermos ir aos diversos Planos
1246 Operacionais Temáticos que vão existir. O financiamento do novo Quadro
1247 Comunitário não se esgota nos fundos que podemos vir a obter por intermédio
1248 da CIM, também podemos obter diretamente através de outros meios de
1249 financiamento da Comunidade Europeia e certamente que o iremos fazer.-----

1250 Agora, o que estamos aqui a tratar, concretamente, tem a ver com esta
1251 inovação que este novo Quadro Comunitário nos obriga, de trabalharmos em
1252 termos de um território supra municipal para que todos possam beneficiar e
1253 ganhar com o novo Quadro Comunitário e, nessa medida, aquilo que vamos
1254 fazer é articular a estratégia, no caso de Gouveia, que o Plano de Ação seja o
1255 mais abrangente possível, contemplando a comunidade gouveense de forma a
1256 que esta se reveja no próprio Plano. É isso que vamos procurar fazer e espera
1257 que todos consigam trabalhar nesse sentido.-----

1258 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa acrescentando que tem a
1259 ideia de constituição das sessões temáticas da Assembleia Municipal em que,
1260 de uma forma mais informal, quem quiser, a própria Assembleia possa
1261 promover sessões sobre vários temas. Todos são transversais a esta questão do
1262 Plano da CIM, em que se possa debater, sem o rigor de partidarismo e das
1263 bancadas, mas com o rigor do gouveismo e do amor à nossa terra. Isso é para
1264 futuro que depois irá propor.-----

1265 ----- Solicitou o uso da palavra a Senhora Deputada Maria Açucena Carmo
1266 (CDU) que, em nome de *“Je suis Charlie”*, propôs a esta Assembleia que
1267 fosse feito um minuto de silêncio pelos povos vítimas de terrorismo, tendo
1268 sido unanimemente aceite.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1269 ----- Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi
1270 declarada encerrada a reunião pelas vinte e duas horas e trinta minutos, da
1271 qual e para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada,
1272 será assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e pelo seu 1.º Secretário. -----
1273 ----- Todos os assuntos relatados na presente ata, estão gravados na íntegra
1274 num MiniDisc, que se encontra arquivado numa pasta própria. -----

1275

1276

1277

O Presidente da Assembleia Municipal

1278

1279

1280

1281

(Luís António Vicente Gil Barreiros)

1282

1283

1284

1285

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal

1286

1287

1288

1289

(Ângela Maria Abreu da Silva Mendes)

1290

1291

1292

1293

1294

1295